

## **FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NA DÉCADA DE 1970: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA**

*Ana Paula Salej Gomes<sup>18</sup>*

A década de 1970 representa uma fase importante da história da Fundação João Pinheiro (FJP). Seus primeiros dez anos foram marcados por muitas mudanças nos contextos internacional, nacional e local – cenário do processo de estabelecimento, consolidação e projeção da instituição. Os projetos desenvolvimentistas dos governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974) e Ernesto Beckmann Geisel (15 de março de 1974 a 14 de março de 1979) são pano de fundo importante da história de Minas Gerais e da FJP. Os programas federais representaram oportunidades de captação de recursos e promoção do desenvolvimento mineiro tanto para o governo de Rondon Pacheco (15 de março de 1971 a 14 de março de 1975) como para o de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça – Aureliano Chaves (15 de março de 1975 a 15 de março de

---

<sup>18</sup> Pesquisadora da Fundação João Pinheiro e professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, com pós-doutorado em Administração Pública, doutorado e mestrado em Ciência Política, especializações em Administração e graduação em Economia e Administração/Comércio Exterior.

1979). Este capítulo dedica-se especialmente à consolidação e projeção da FJP no período de 1973 a 1979. O elemento condutor da história nele retratada é o papel atribuído à instituição na promoção de desenvolvimento de Minas Gerais. Ele está organizado em quatro partes. A primeira procura evidenciar o papel atribuído à FJP no Sistema Estadual de Planejamento durante o governo de Rondon Pacheco. A segunda parte destaca a ação da FJP ao longo do governo de Aureliano Chaves, evidenciando as mudanças de diretrizes e a capacidade da FJP de respondê-las. A terceira parte tece algumas considerações sobre o primeiro ano do governo de Francelino Pereira dos Santos, destacando a mudança na estrutura da FJP. Por fim, são traçadas as considerações finais.

## **1 A inserção da FJP no sistema estadual de planejamento durante o governo Rondon Pacheco**

O início do governo de Rondon Pacheco foi marcado pela incerteza acerca da sobrevivência da FJP. Seu presidente e idealizador, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, deixou o cargo, ocupado interinamente por Paulo Valadares Versiani Caldeira, vice-presidente de pesquisa tecnológica. Nos seis meses em que ele exerceu a presidência, não ocorreram alterações na estrutura da FJP. Siqueira (2001, p.101) afirma que a instituição foi esvaziada nesse período e posta em quarentena. É fato que alguns pesquisadores retornaram a suas instituições de origem, especialmente para o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) e o Conselho do Desenvolvimento Estadual (CED). No entanto, os documentos evidenciam a manutenção das atividades.

A despeito da mudança na gestão, o *Informe de Atividades* de setembro de 1970 a 1971 (FJP, 1971a) mostra uma gama expressiva de procedimentos no primeiro ano de operação da FJP. Merece atenção a edição de diversos trabalhos de pesquisa e estudos sobre a realidade econômica de Minas, com destaque para:

- *As Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico e Social no Quinquênio 1971-1975*, documento de referência para a elaboração do *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES)*, para o período 1972-1976 (MINAS GERAIS, 1971a).
- O *Programa de Reativação Industrial*, em parceria com a Secretaria da Fazenda, que identificou a existência de 609 indústrias paralisadas em Minas Gerais em 17 de junho de 1971 e orientou esforços para a recuperação de várias delas, como por exemplo, o Instituto Ezequiel Dias<sup>19</sup>.

Outro destaque foi a conclusão do plano do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) e o início de sua implantação. Simultaneamente, observam-se avanços no processo de planejamento e implantação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA). Além disso, lançou o primeiro número da *Revista Fundação JP* e preparou o segundo.

No *Informe de Atividades* de setembro de 1970 a 1971 (FJP, 1971a) é possível observar a transformação e a consolidação das vice-presidências em estruturas organizacionais: a Vice-Presidência encarregada de planejamento e pesquisas econômicas e sociais torna-se o Instituto de Pesquisa Econômico-Social (Ipes)<sup>20</sup>; a encarregada do campo da pesquisa tecnológica passa a se chamar Setor de Tecnologia; por fim, a Vice-Presidência encarregada de racionalização administrativa torna-se o CDA, que começa a operar em 1972.

Em setembro de 1971, Luís de Oliveira Castro é designado presidente da FJP, dando início a uma nova fase da história da instituição. O novo presidente, engenheiro de minas que atuava pelo Indi na elaboração do *Plano para a Instalação de um Centro Tecnológico em Minas Gerais*, era pessoa

---

<sup>19</sup> O Instituto Ezequiel Dias constituía-se de uma indústria farmacêutica e um laboratório de bromatologia, de propriedade do Governo do Estado. Em virtude de problemas de ordem financeira, encontrava-se semiparalisado. Ele é a origem da Fundação Ezequiel Dias (Funed), indústria farmacêutica mineira reconhecida nacional e internacionalmente por suas pesquisas tecnológicas (FJP, 1971a, p.12).

<sup>20</sup> A principal frente de trabalho do Ipes foi o convênio com o Conselho Estadual de Desenvolvimento, visando à definição de uma estratégia de desenvolvimento para Minas Gerais, que passou à alçada da Fundação João Pinheiro em 26 de outubro de 1970.

de confiança de Paulo José de Lima Vieira, secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e vice-presidente do CED.

O Sistema Estadual de Planejamento foi alvo de várias mudanças logo no início do governo Rondon Pacheco que afetaram a FJP de várias formas. Primeiramente, a instituição passa a ser vinculada diretamente ao CED. Entretanto, ganha um *status* diferente de outras entidades na mesma situação, sendo posta sob a supervisão direta do presidente do CED, o governador, e não do vice-presidente como nos demais casos. A finalidade da FJP é alterada, ela passa a ser “contribuir para a realização dos objetivos do Conselho Estadual de Desenvolvimento e pode ainda cooperar com o setor privado no que se relacione com tais objetivos” (MINAS GERAIS, 1971a, art. 25). Destaca-se também a mudança em suas competências, que não abrangem mais atividades como o processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos e serviços de geografia e de estatística.

Por fim, chama atenção a mudança na estrutura organizacional da FJP, com a extinção do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, além de alterações na composição do Conselho Curador que passou a ser presidido pelo vice-presidente do CED e secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Tinha ainda como membros natos os secretários de Estado do Governo, da Fazenda e da Agricultura, o superintendente da Indústria e do Comércio e os presidentes do BDMG e da Cemig. O Departamento Estadual de Estatística, o Departamento Geográfico do Estado<sup>21</sup> e a Fundação Escritório Técnico de Racionalidade Administrativa (Etra) se desvinculam da FJP. Isso reflete a mudança na estrutura do CED: além de órgãos de assessoramento, ele passou a incluir órgãos de atividades auxiliares, entre os quais figuram o Instituto Estadual de Estatística e o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

Várias mudanças destacadas evidenciam o fortalecimento do CED. Sua relação com a FJP foi estreitada por meio da vinculação dela a ele. Dessa forma, o governo aumentou seu controle sobre

---

<sup>21</sup> Apesar da desvinculação ao regulamentar o CED, o governo Rondon mantém a cooperação da FJP com os órgãos originados desses departamentos. Por exemplo, no Decreto nº 14.323, de 4 fevereiro 1972, é estabelecido que a FJP participaria da elaboração dos planos e programas anuais do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), assim como comporia o Conselho de Coordenação Cartográfica.

a Fundação João Pinheiro. “A alteração substancial em sua competência [da FJP] procurou evitar o paralelismo de atribuições com o conselho, órgão superior de fixação da política econômica e social do governo” (FJP, 1979a, p.7). Essa alteração aponta para novas expectativas quanto ao papel da instituição no Sistema Estadual de Planejamento, deixando de ser uma instituição articuladora e coordenadora de instituições de pesquisa para tornar-se uma de pesquisa. Já quanto às suas áreas de atuação, observa-se maior foco no tripé economia, administração e tecnologia básica e social.

Os primeiros meses da gestão de Luís de Oliveira Castro são dedicados principalmente à reorganização da equipe de assessoria e gestão. Ainda em dezembro de 1971, são publicadas alterações na estrutura<sup>22</sup>, que passa a ter como seu órgão executivo a Presidência. A publicação do Decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972, que regulamenta o CED, e a do Decreto nº 14.376, de 13 de março de 1972, que aprova o Estatuto da FJP, marcam o final da fase de instabilidade institucional. Essa estrutura se mantém sem alteração até 1975 (FJP, 1979a, p.8), abrindo caminho para a consolidação da FJP<sup>23</sup>. Registra-se ainda que, em 1973, pelo Decreto nº 15.819, de 9 de dezembro de 1973, a FJP foi reconhecida como entidade de utilidade pública.

## **1.1 A consolidação da Fundação João Pinheiro como instituição de pesquisa no período 1972-1974**

Pode-se afirmar que, a partir de março de 1972, a FJP entrou em um processo gradual de consolidação. Apesar de não se observarem alterações institucionais, a estrutura organizacional foi se adaptando, de forma a refletir a importância obtida pelas temáticas no seu portfólio de trabalhos. Para atender as necessidades efetivas, aderindo a um formato “mais funcional e adequado à natureza dos serviços que presta” (FJP, 1973a, p.9), foram criados diversos órgãos e subórgãos.

---

<sup>22</sup> Lei nº 5.861, de 27 de dezembro de 1971.

<sup>23</sup> O Estatuto da FJP aprovado nessa ocasião só foi revogado mais de 40 anos depois, em 20 de dezembro de 2003, pelo Decreto nº 43.707.

A filosofia que orientou a constituição da FJP se fundava na ideia de que o desenvolvimento repousa sobre o tripé racionalidade econômica, racionalidade administrativa e avanço tecnológico (FJP, 1979a, p.5). Ele se traduzia, respectivamente, no planejamento econômico e social, no esforço permanente de modernizar o aparelho estatal e as organizações privadas e no desenvolvimento de capacidades tecnológicas para a exploração e o aproveitamento corretos do *habitat* (FJP, 1979a).

É por meio desse tripé de desenvolvimento que se orienta a análise do processo de consolidação institucional apresentada a seguir.

### **1.1.1 O planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico e social mineiro**

O eixo de análise “planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico-social mineiro” expressa o elemento racionalidade econômica da tríade sobre a qual a FJP foi estruturada (FJP, 1979a, p.5). Mola mestra do processo de desenvolvimento, o planejamento é tema essencial na consolidação da instituição e, portanto, foi objeto de trabalho de estruturas específicas no período 1970-1974.

Entre o final 1970 e o início de 1971, o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes)<sup>24</sup> foi a estrutura responsável por essa temática. Ele recebeu como responsabilidade a execução de convênios que o Banco de Desenvolvimento mantinha com o Conselho Estadual do Desenvolvimento e com a Secretaria da Fazenda [...]. Realizou assim diversos trabalhos, alguns ainda iniciados no Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED) (FJP, 1979a, p.12).

---

<sup>24</sup> A primeira referência ao nome Ipes foi encontrada no *Informe: atividades set.70/set.71* (FJP, 1971a). Documentos anteriores, especialmente as atas de reunião do Conselho Curador e da Diretoria, não se referiam à Vice-Presidência e à Diretoria adjunta de Planejamento e Pesquisas Econômico-Sociais (Portaria FJP nº 8/1970, de 30 de novembro de 1970).

A relação direta do Ipes com o CED lhe conferiu um leque extremamente amplo de atividades e temáticas e uma forma particular de organização, orientada por programações<sup>25</sup>. Suas quatro equipes técnicas dedicavam-se a: programação geral (estudos regionais e setoriais, contas regionais e indicadores de conjuntura); programação agropecuária e recursos naturais renováveis; programação industrial; e projetos (estudos transversais e de mercado). No período 1970-1971, o Ipes concluiu estudos sobre ensino primário, saúde e saneamento, transportes, indicações metodológicas para diagnóstico de equipamentos urbanos, diretrizes para aplicação de crédito rural, programas de desenvolvimento econômico e regional, instrumentos para promoção industrial exportação e importação e perspectivas de mercado para produtos específicos, como gusa (FJP, 1971a, p.4-8). O instituto elaborou também o programa de reativação industrial, iniciou pesquisa sobre indústrias paralisadas e definiu diretrizes para sua reativação. Por fim, merece atenção a criação de um banco de dados com a finalidade de viabilizar a obtenção de informações de maneira rápida, que permitissem ao sistema de planejamento superar o tradicional obstáculo representado pela inexistência ou inacessibilidade das estatísticas (FJP, 1979a, p.12).

Em outubro de 1971, a reorganização do Sistema Estadual de Planejamento reestruturou o Gabinete de Planejamento e Controle e provocou impactos sobre a organização interna da FJP, especialmente o Ipes. Tal fato, somado “à amplitude de áreas que cumpria ao instituto atender, recomendou, pouco mais de um ano após sua instalação, o desdobramento de suas atividades em setores novos” (FJP, 1979a, p.13). Assim, o Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD)<sup>26</sup> e o Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU) foram criados em 1972.

O CPD cobria as áreas de assistência gerencial, fotointerpretação e projetos especiais. O setor de assistência gerencial foi o que ganhou maior proeminência. Em 1971, ficara evidente a

---

25 Decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972, evidencia que o planejamento estadual era consolidado na programação de desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. Por sua vez, ela era dividida em programações global (estadual), setoriais e regionais que orientavam a ação do Executivo.

26 O CPD foi criado em abril de 1972 (FJP, 1973b, p.2). Valternomem Coelho dos Santos foi designado seu superintendente pela Portaria nº 10/72, de 13 de abril de 1972.

necessidade de aprofundar estudos sobre a problemática das pequenas e médias empresas (FJP, 1971a, p.15).

No cenário nacional, essa temática também ganhara força. Reconhecendo a importância das empresas pequenas e médias no processo de desenvolvimento nacional, o governo brasileiro passou a se utilizar de uma série de instrumentos de política econômica para alcançar o fortalecimento dessas empresas, como a criação de linhas especiais de crédito. No entanto, constatou-se que somente a assistência financeira não era suficiente e que essas empresas necessitavam de apoio gerencial (FJP, 1973a, p.12). Nesse contexto, foi instituído o sistema brasileiro de assistência gerencial à empresa pequena e média, com a criação do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Cebrae). Em Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento e a Fundação João Pinheiro foram escolhidos para compor a representação estadual do Cebrae, o que resultou na criação do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (Ceag-MG)<sup>27</sup>.

No processo de constituição do Ceag-MG, a Fundação João Pinheiro encaminhou ao Ministério do Planejamento o documento *Programa Integrado de Assistência Técnica à Pequena e Média Empresa*, com o qual se credenciou para execução das tarefas a que se propunha o Ceag e viabilizou também o credenciamento do Cetec, responsável pela execução de um dos subprogramas.

Sob a rubrica projetos especiais, o CPD prestava assistência gerencial a empresas que não eram alvo do projeto com o Ceag-MG nas áreas de produção, administração e econômica e financeira. Deu assistência a diversas indústrias no estado e realizou pesquisas e projetos relevantes para as Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A. (Cemig) e o Centro de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa-MG), entre outros.

---

<sup>27</sup> O Ceag-MG é o hoje o Sebrae Minas. Teve sua primeira sede na Av. João Pinheiro, 146 – 9º andar. Foi constituído como sociedade civil sem fins lucrativos e tinha como fundadores o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro. Entre seus objetivos, destacam-se: a promoção e coordenação da ação dos diversos organismos relacionados com a atividade gerencial das empresas pequenas e médias, a promoção e o estímulo à adoção de técnicas de administração modernas e compatíveis com o seu porte e esquemas de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoal das pequenas e médias empresas.

Criado com a finalidade de possibilitar o reconhecimento de áreas grandes com eficiência e economia de tempo e recursos, o setor de fotointerpretação priorizou os levantamentos de informações básicas, necessárias à formulação de planos regionais.

Destacam-se os levantamentos realizados para o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel), sobre os recursos naturais dos catorze municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Instituto Estadual de Florestas (IEF), sobre as formações vegetais da região do Cerrado e, para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sobre os recursos naturais para o Projeto Integrado de Colonização de Sagarana. (FJP,1979a,p.20).

Respondendo à expansão da demanda por informações qualificadas, geradas a partir da utilização de aerofotografias e de outros registros obtidos por sensores remotos, esse setor deu origem ao Centro de Recursos Naturais (CRN) já no final de 1973.

Por sua vez, o Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU) foi criado também em 1972<sup>28</sup> para a realização de estudos, pesquisas e projetos nas áreas de economia e urbanismo. Sua existência foi breve. Em dezembro do mesmo ano, em decorrência do volume de trabalho, as duas áreas que o compunham foram desmembradas em dois novos centros (FJP,1973a, p.15).

Ao longo de 1972, a área de economia do CEEU dedicou-se à elaboração de programas de desenvolvimento (Triângulo Mineiro e Microrregião de Cataguases-Leopoldina), do Projeto de Reorganização Administrativa e Análise Mercadológica da Loteria do Estado de Minas Gerais (Lemg) e de estudos sobre o Sistema de Contas Nacionais e Regionais e à análise de conjuntura. Nesse último caso, várias ações projetaram a FJP nacionalmente. A primeira refere-se ao convênio com o Instituto de Planejamento Econômico-Social (Ipes)<sup>29</sup>, do então Ministério do Planejamento (Minciplan), para reunir informações e análises do setor público estadual. A segunda é um estudo

---

28 A Portaria FJP nº 16/72, de 2 de maio de 1972, designa Álvaro Fortes Santiago seu superintendente.

29 Instituto de Planejamento Econômico-Social (Ipes), atual Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

sobre contas regionais para apuração do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais de 1971 e 1972 e um diagnóstico do comportamento da economia mineira. Por fim, a publicação do *Boletim de Conjuntura*, em convênio com o Ministério da Fazenda/Banco Central para a divulgação dos trabalhos realizados pelo Setor de Contas e de monografias e artigos especializados em assuntos econômicos.

Em 1973 e 1974, já como Centro de Economia Aplicada (CEA), a área de economia focou em trabalhos que poderiam fornecer insumos para o Sistema Estadual de Planejamento e produziu, especialmente, indicadores setoriais e regionais e dados conjunturais (FJP, 1974a, p.6). “Voltado para a produção, análise e divulgação de indicadores da conjuntura econômica mineira, abrangendo mercado de produtos, mercado financeiro, evolução dos negócios, finanças públicas, mercado de trabalho e mercado de preços” (FJP, 1974a, p.7), o *Boletim de Conjuntura* foi publicado mensalmente e ganhou destaque na literatura especializada do estado. A partir de julho de 1974, ele foi unificado com a revista da FJP, que passou a chamar-se *Revista da Fundação JP - Análise e Conjuntura*, publicada mensalmente, e não mais trimestralmente (FJP, 1975, p.5).

Também em 1973 e 1974, a equipe do CEA seguiu com a apuração do PIB de Minas Gerais 1971 e 1972<sup>30</sup> e passou a revisar o PIB 1960-1970 com o intuito de garantir uma série histórica consistente. Nesses anos, também foi planejada e iniciada a quantificação da estrutura setorial do emprego e o acompanhamento das contas do setor público. Já as assessorias realizadas foram vinculadas aos trabalhos realizados então na área de urbanismo junto aos governos do Acre e dos territórios de Roraima e Rondônia. Nesses dois territórios, foram focados os setores de saúde e educação.

Em 1972, o Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos (IPPU) era a área do CEEU especializada em urbanismo. O “crescimento rápido e desordenado das cidades passou a exigir a progressiva intervenção governamental” (FJP, 1979a, p. 21). Na esfera federal, o lançamento do Programa de Ação Concentrada (PAC) pelo Ministério do Interior (Minter) em 1969, contemplando as áreas de habitação, saneamento, assistência municipal e ação comunitária, representou novas oportunidades

---

30 Realizada em 1972.

para a FJP. No nível estadual, além de salientar a importância do planejamento urbanístico da Área Metropolitana de Belo Horizonte, o I PMDES também destacava a política de urbanização, enfatizando a importância do fortalecimento das cidades polo, da descentralização administrativa dos serviços públicos e do reforço do equipamento urbano. Assim, a conjunção das iniciativas federais e estaduais transformou a área de urbanismo em uma das mais importantes da FJP desde seu início.

Uma de suas primeiras ações e mais importantes nessa área foi o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel). Em 30 de junho de 1971, foi assinado convênio entre o estado de Minas Gerais e os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte<sup>31</sup>. Nele se estabeleceram as “bases de cooperação entre o estado, por meio do CED, e os municípios convenientes, visando ao prosseguimento dos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte” (FJP, 1974b, p.1). Com isso, cria-se um grupo executivo<sup>32</sup> para elaborá-lo na FJP:

De sua instalação como grupo executivo localizado na Fundação João Pinheiro até o seu desligamento, decorrente da transformação em autarquia, o Plambel elaborou estudos específicos nas mais diversas áreas, consubstanciados em grandes conjuntos de relatórios que, de modo geral, apresentam contribuições nas áreas de desenvolvimento econômico e social, demografia, atuação das agências governamentais na região, condições do sítio natural, uso do solo urbano, infraestrutura urbana, transportes urbanos, habitação, plano de estruturas urbanas de região metropolitana e plano de ocupação do solo da área (FJP, 1979a, p.19).

A atuação do grupo executivo do Plambel na FJP se estendeu até que ele fosse instituído como autarquia em 30 de abril de 1974<sup>33</sup> e tivesse a seu cargo a realização dos trabalhos definidos para as áreas metropolitanas brasileiras na legislação federal (FJP, 1974b, p.12).

---

31 Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Santa Luzia e Vespasiano.

32 Durante sua existência na FJP, esse grupo foi coordenado por Gilson Assis Dayrell.

33 Lei nº 6303, de 30 de abril de 1974.

Nos seus primeiros meses de atuação, o IPPU engajou-se em outros trabalhos de grande repercussão. Foram iniciados estudos e planos de desenvolvimento urbano para diversas cidades mineiras e do extremo norte do país, mais especialmente em Roraima e no Amapá. Primeiramente, o Ministério do Interior contratou a realização de estudos e pesquisas para a formulação de um *Programa de Desenvolvimento Institucional do Território Federal de Roraima*. Ainda em 1972, foram celebrados contratos para estudos setoriais no Amapá e em Rondônia (FJP,1973a,p.8).

No final de 1972, com o desmembramento do CEEU, o IPPU deu origem ao Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU)<sup>34</sup>, que só foi instituído formalmente em 1º de março de 1973<sup>35</sup>. Em 1973 e 1974, o CDU esteve engajado no *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*, cujo objetivo era manter o patrimônio artístico e histórico das duas cidades e propiciar a elas condições de crescimento equilibrado (FJP, 1974a, p.10). O projeto foi financiado pelo Governo federal, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Ministério da Educação e Cultura), pelo governo do estado, por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), e pelas prefeituras de Ouro Preto e Mariana<sup>36</sup>. Convém assinalar que esse foi um dos trabalhos mais abrangentes e notáveis do gênero já realizados no país, com repercussão internacional (FJP,1975,p.8).

Os trabalhos do CDU no norte do Brasil se estenderam a 1973 e 1974, quando foram realizados planos de desenvolvimento urbano para municípios de Roraima (Boa Vista e Caracarái) e Amapá (Macapá). Na esfera estadual, destacam-se diversos trabalhos que responderam à estratégia de desenvolvimento estadual, como o *Programa de Desenvolvimento Urbano para Minas Gerais*, realizado em cooperação com o BDMG em 1973, o *Projeto da Companhia Urbanizadora de Juiz de Fora* e os estudos sobre as diretrizes de desenvolvimento da microrregião do Vale do Aço.

---

34 Teodoro Alves Lamounier foi designado superintendente do CDU na data de sua instituição, em 1º de março de 1973, pela Portaria FJP nº 8/1973.

35 Portaria FJP nº 7/1973.

36 O plano foi contratado de fato somente em dezembro de 1973.

## 1.1.2 O esforço permanente de modernizar o aparelho estatal e as organizações privadas

No processo de concepção da FJP, fez-se evidente que a concretização do planejamento dependia da existência de competências gerenciais tanto no setor público como no privado. A criação do Centro de Desenvolvimento em Administração “Paulo Camillo de Oliveira Penna” (CDA) tinha como objetivo possibilitar a correção de deficiências administrativas, traduzindo o empenho do governo de evidenciar a importância do desenvolvimento de pessoas no processo de crescimento econômico e social (FJP, 1979a, p.13).

Constituído em 1971, a partir do assessoramento da Universidade de Columbia<sup>37</sup>, o CDA<sup>38</sup> começou a atuar em 1972 e tinha como atividades principais o curso de pós-graduação e programas de treinamento para executivos. Diferentemente da previsão inicial, suas atividades contemplavam tanto o setor público como o privado. Para garantir a viabilidade do CDA e a disponibilidade de professores e material de ensino, foram estabelecidos contatos com universidades em Minas Gerais e em outros estados brasileiros. Dessas parcerias, destacam-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também de São Paulo.

O primeiro programa foi ofertado em janeiro de 1972, em Araxá, no formato de um curso em tempo integral para executivos de alto nível com a participação de diversos professores de Columbia. Nesse mesmo ano, foram oferecidos outros seis cursos de curta duração com as seguintes temáticas: análise e pesquisa de mercado, *marketing* e *marketing* internacional; administração financeira, análise financeira e controle administrativo.

---

37 Os primeiros contatos com a Universidade de Columbia se deram ainda em 1970, tendo sido impulsionados pela visita do vice-presidente da FJP, Raimundo Nonato de Castro, a essa universidade no final do ano com o intuito avaliar suas competências e capacidade de apoiar a FJP no desenho e na oferta de cursos para altos executivos. O contrato com a universidade foi assinado em maio de 1971, Deão Associado Garland Chester Owens tendo sido designado para trabalhar em Belo Horizonte (FJP, 1971a, p.29)

38 Inicialmente as atividades de ensino foram conduzidas pelo Centro de Ensino, criado em março de 1971 e sob responsabilidade do diretor-adjunto, Cornélio Octávio Pinheiro Pimenta, designado pela Portaria FJP nº 12/1971, de 4 de março de 1971.

Para formar um corpo especializado de pessoal, ainda em 1972, a FJP enviou oito técnicos para se especializarem na Universidade de Columbia e na Fundação Getúlio Vargas (FJP, 1973a, p.12). A perspectiva de que a escassez de recursos humanos devidamente treinados nos níveis mais elevados limitasse o processo de desenvolvimento mineiro e brasileiro elevou as expectativas de crescimento do CDA. Nesse ano, destaca-se também a aquisição de novas instalações, adequadas aos trabalhos didáticos conduzidos pelo CDA, na região da Pampulha, onde também funcionou provisoriamente o Cetec.

Em 1973, além dos cursos em administração, de *marketing* e política e estratégia empresarial para altos executivos, foram oferecidos também os de comportamento organizacional e administração e tecnologia de frigoríficos (FJP, 1974, p.5) e de métodos quantitativos aplicados à administração de empresas. Foi organizado o *Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional*. Nesse ano também é ofertado o primeiro *Curso de Especialização em Administração* (CEA), com duração de 12 meses.

Ainda em 1973, observa-se que o CDA começa a ganhar expressão nacional ao assinar convênio com o Ministério do Planejamento para execução do Programa Nacional de Treinamento Executivo. Seu objetivo era “proporcionar treinamento a altos executivos e elementos de *staff*, responsáveis diretos pela formulação da política de suas respectivas organizações” (FJP, 1974a, p.6), com destaque para o convênio com o Cebrae/Ceag.

Em 1974, o CDA iniciou duas novas turmas do CEA e os cursos de curta duração se estenderam a novas temáticas como: desenvolvimento organizacional e *underwriting* e análise de informações para decisões de investimento. O *Programa de Política e Estratégia Empresarial para Altos Executivos* chegou a sua sétima edição, em turma na qual 62% dos participantes eram de outros estados brasileiros (FJP, 1975, p.3). A demanda para formação de altos executivos estimulou outras iniciativas para esse público, como a *Executive Appreciation Session* e o *Seminário para Altos Executivos de Bancos e Instituições Financeiras*.

A relação do CDA com o sistema empresarial e seu compromisso com resultados expressaram-se, também, na manutenção de um escritório para promover a colocação de seus graduados, o *placement office*. Ele pretendia ainda acompanhar de perto o desenvolvimento dos ex-alunos do centro.

Por fim, dada a natureza de suas ações e de seu principal público, cabe notar que as atividades do CDA eram autofinanciadas ou necessitavam de pequeno suporte financeiro. Em alguns casos, ele era auferido por meio de acordos com outros organismos interessados. O Relatório da FJP de 1974 (FJP, 1975, p.2) mostrou o potencial econômico dessa área de atuação específica. Em seus primeiros três anos de atuação, o CDA se consolidou como um centro importante da FJP e um dos principais espaços brasileiros para o aperfeiçoamento de pessoal destinado a ocupar posições de relevo nas administrações governamentais e em empresas privadas, contribuindo, assim, para a consolidação da imagem da instituição.

### **1.1.3 O desenvolvimento de capacidades tecnológicas em Minas Gerais**

Dada sua importância no desenvolvimento do estado e a especificidade dos assuntos que lhe são afetos, a evolução da temática “tecnologia” na FJP foi diferenciada (FJP, 1979a, p.17). Logo após sua instauração, foi definida a criação de uma entidade dedicada exclusivamente ao setor tecnológico, na época de tratamento prioritário tanto no âmbito federal como no estadual, o que poderia viabilizar a implantação acelerada de um centro de tecnologia (FJP, 1973a, p.2).

Providências técnicas e administrativas iniciais para a instauração do centro tecnológico foram tomadas pela FJP já em 1970, quando seu plano de instalação e implementação foi objeto de trabalho do grupo formado por técnicos do Setor de Tecnologia da FJP e do Indi, assessorados pela empresa Arthur D. Little Inc., de Cambridge, Estados Unidos. No final de 1971<sup>39</sup>, sua instalação e implementação se mostravam prementes.

---

39 Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 27 de dezembro de 1971.

Em março de 1972, foi instituída a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec-MG)<sup>40</sup>, instalada provisoriamente no prédio da Pampulha<sup>41</sup>. Imediatamente, alguns funcionários da FJP foram postos à disposição do Cetec<sup>42</sup>, o que significou o fim do Setor de Tecnologia da FJP. Ao financiamento de cinco milhões de dólares obtido no âmbito do Programa de Ciência e Tecnologia/Miniplan/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se somou a contrapartida do estado de Minas Gerais, outros cinco milhões de dólares, para cobrir os custos de instalação e operação do Cetec de 1972 a 1974 (FJP,1971b,p.27).

Sucessor do antigo Instituto de Tecnologia, extinto em 1973<sup>43</sup>, o Cetec representou o primeiro fruto da expansão natural da Fundação João Pinheiro (FJP, 1979a, p.16). Tinha como dirigente o presidente da FJP, e suas pesquisas se orientaram no sentido de:

imprimir desenvolvimento e aperfeiçoamento dos produtos fabricados na região, sem descurar de novos produtos e novos processos. Considerando o potencial econômico de Minas Gerais o Cetec passou a dedicar maior parcela de seu esforço às áreas de mineração, metalurgia, minerais não-metálicos, tecnologia de alimentos de origem animal e engenharia ambiental (FJP,1979a,p.18).

Para ativar a capacidade de pesquisa aplicada existente em Minas Gerais, o Cetec manteve cooperação mediante contratos ou subcontratos de pesquisa (FJP, 1979a) com o Instituto Costa Sena da Fundação Gorceix, da Escola de Minas e Metalurgia da Universidade Federal de Ouro Preto, a Escola de Engenharia, da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), nesse último caso, em convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

---

40 Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 20 de março de 1972. A escritura foi lavrada em cartório em 29 de março de 1972.

41 Adquirido pela FJP em 1972, o prédio da Pampulha foi a antiga Escola Bancária do Banco da Lavoura, como evidencia a Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 27 de dezembro de 1971. O Cetec e a gráfica foram os primeiros ocupantes do prédio.

42 A equipe inicial do Cetec também contaria com pessoal do Indi, segundo ata da sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 27 de dezembro de 1971' e 'Plano para Instalação de um Centro Tecnológico em Minas Gerais' (FJP,1971b).

43 Decreto n° 15.211, de 30 de janeiro de 1973.

Em todo o governo Rondon Pacheco, o Cetec desenvolveu suas atividades estreitamente vinculado à FJP e ao Indi<sup>44</sup> como evidencia o Esquema de Trabalho Integrado (ETI) no setor de geologia, mineração e transformação de minérios, instituído pelo Decreto nº 15.289, de 26 fevereiro de 1973.

## **2 Do governo Aureliano Chaves ao início do governo Francelino Pereira: nova concepção do sistema de planejamento, novos desígnios**

O início do governo Aureliano Chaves, em 15 de março de 1975, marca também o início de um novo período na história da FJP. Nomeado presidente em março, logo após a instalação do novo governo<sup>45</sup>, José Israel Vargas não hesita em imprimir na FJP o papel que lhe caberia no novo governo. Na semana seguinte à sua nomeação, cria o Conselho Diretor, subordinado à Presidência<sup>46</sup>. Composto por quatro diretorias – Planejamento, Programas Públicos, Tecnologia e Meio-Ambiente e Ciência – o conselho aponta para mudanças nas atribuições da FJP, institucionalizadas pelo Governo estadual, posteriormente, mediante os decretos nº 17.112, nº 17.113 e nº 17.114, os três de 22 de abril de 1975.

O Decreto nº 17.112 estabelece que o Conselho de Desenvolvimento Econômico, ao qual a FJP era vinculada, passa a se chamar Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Além de assumir as atribuições do CED, a nova secretaria recebe outras responsabilidades, entre as quais destacam-se a coordenação do Sistema de Planejamento, o orçamento e a modernização administrativa, as medidas relativas à política de desenvolvimento econômico e social do estado e a política de desenvolvimento científico e tecnológico. A vinculação da FJP à secretaria é confirmada pelo Decreto nº 17.113, artigo 5.

---

44 Em 1971, o Indi passa a integrar a estrutura da Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais (Lei nº 5.792, de 8 de outubro de 1971), fazendo parte do Sistema Operacional de Indústria, Comércio e Turismo. Sua presença cada vez maior na captação de investimentos, por meio de seus estudos de viabilidade e assistência técnica, fortaleceu elo do Indi com o BDMG. A FJP deixou de ser sua mantenedora em 1974.

45 Sua nomeação se deu em 19 de março de 1975 (FJP, 1979a, p.9).

46 Portaria FJP nº 14/1975, de 26 de março de 1975. Revogada e atualizada pela Portaria nº 23/75, de 14 de maio de 1975.

Para a Fundação João Pinheiro, a grande mudança promovida pelo Decreto nº 17.112 foi a inclusão de um novo objetivo para a instituição: o planejamento, a instalação, a coordenação e o controle das atividades de desenvolvimento e aplicações de conhecimentos científicos e tecnológicos, inclusive os relativos ao meio ambiente, em Minas Gerais (art. 17). Seriam por ela coordenadas as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia básica e social, de competência de órgãos e entidades da administração pública estadual e das fundações criadas ou sob a administração do Estado<sup>47</sup>. Dessa forma, a FJP reassume a função de coordenação e articulação e um papel chave no desenvolvimento tecnológico do estado, aproximando-se do papel daquilo para que fora idealizada em 1969. Observa-se que, no novo modelo, a articulação das entidades e dos órgãos seria feita pelo Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia, coordenado pelo presidente da FJP<sup>48</sup>.

Tais mudanças apontavam para um papel de mais prestígio para a instituição no governo Aureliano Chaves. As capacidades e competências desenvolvidas ao longo dos seus primeiros quatro anos de operação tinham fortalecido sua imagem dentro e fora do estado.

O relatório de atividades do exercício 1975 (FJP, 1976, p.3-4) mostra que, na época, continuava operando a Secretaria Geral, o Centro de Desenvolvimento em Administração, o Centro de Desenvolvimento Urbano e o Centro de Recursos Naturais. No entanto, o Centro de Economia Aplicada foi extinto, e seu pessoal, incorporado ao Instituto Estadual de Estatística. A criação da Diretoria de Ciência não se concretizou.

Durante 1976, os centros remanescentes são ligados às diretorias da seguinte forma: à Diretoria de Planejamento se liga o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU); à Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente se liga o Centro de Recursos Naturais (CRN); à Diretoria de Programas Públicos se liga o Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA). Essa nova estrutura vigora até o início de 1977.

---

47 Em outras palavras, entidades e órgãos envolvidos com o desenvolvimento da pesquisa pura e aplicada.

48 O Decreto nº 17.114, de 22 de abril de 1975, dispõe sobre o Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia.

No governo Aureliano Chaves, 1977 foi um divisor de águas na trajetória da FJP. Em 12 de janeiro, José Israel Vargas deixa o cargo de presidente, ocupado interinamente por Hélio Braz de Oliveira Marques até a nomeação de Antônio Octávio Cintra em 26 de janeiro de 1977. A mudança de presidente é concomitante com a mudança do *status* da FJP na estrutura do Governo estadual, ocorrida com a nova orientação do Sistema Estadual de Planejamento.

Com o Decreto nº 18.406, de 4 de março de 1977, o governo reorganiza a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação e integra as atividades de planejamento, orçamento e modernização da administração pública do Estado no Sistema Estadual de Planejamento. A FJP figura na nova estrutura como entidade vinculada à secretaria e unidade de suporte técnico ao sistema.

Na mesma data, o Decreto nº 18.407 institui e estabelece a composição do Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia. Esse novo sistema tinha como órgão central a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, criada em dezembro de 1976<sup>49</sup>. Isso resultou na transferência da competência e de atribuições de outros órgãos ou entidades da área de ciência e tecnologia para a nova secretaria, o que, no caso da FJP, provocou a extinção da Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente e a absorção pela secretaria dos aproximadamente 60 técnicos e 33 funcionários administrativos que integravam a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) (FJP, 1978, p.4).

Essas mudanças marcam o início de um novo momento da FJP no governo Aureliano Chaves. Suas atividades se concentraram nas áreas de planejamento regional (Diretoria de Planejamento), planejamento microrregional e urbano (Centro de Desenvolvimento Urbano)<sup>50</sup>, setor público (Diretoria de Programas Públicos) e recursos humanos (Centro de Desenvolvimento em Administração). Essas diretrizes e as estruturas a elas correspondentes se mantêm até o final desse governo.

---

<sup>49</sup> Criada em 16 de dezembro de 1976 pela Lei nº 6.953.

<sup>50</sup> O CDU e o CDA são elevados ao nível de diretoria pela Portaria FJP nº 3/77, de 16 de dezembro de 1977.

As atividades desenvolvidas pela Fundação João Pinheiro durante o governo Aureliano Chaves permitiram que ela seguisse contribuindo com o processo de desenvolvimento mineiro. A despeito das mudanças pelas quais passou no período, com sua integração ao Sistema Estadual de Planejamento, continuou a atuar em três eixos: racionalidade econômica, racionalidade administrativa e avanço tecnológico.

## **2.1 O planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico-social**

O eixo econômico e social é aquele em torno do qual se processaram as maiores mudanças na ação da FJP quando se comparam os governos de Rondon Pacheco e Aureliano Chaves. Se no primeiro ocorreu um processo de desdobramento temático, marcado pela gradual constituição de novos centros à medida que a instituição se especializava em novas temáticas, no segundo observa-se estabilidade quanto às estruturas e temáticas tratadas, definidas logo no início de 1975.

Três áreas da FJP situavam-se nesse eixo: a Diretoria de Programas Públicos, a Diretoria de Planejamento e o Centro de Desenvolvimento Urbano. As duas primeiras foram criadas logo que José Israel Vargas assumiu a Presidência. Já o CDU foi mantido na reorganização da FJP em 1975, evidenciando a importância do planejamento urbano no processo de desenvolvimento e a importância da FJP nesse setor em Minas Gerais e no país.

Criada em 1975, a DPP era a unidade encarregada dos estudos nas áreas social e institucional para apoiar o Sistema Estadual de Planejamento. Sua equipe era especializada em demografia, saúde, educação, recursos humanos (FJP, 1978, p.26) e sua ação, organizada em setores: recursos humanos, planos regionais e setor público. O setor de recursos humanos dedicava-se à análise da disponibilidade de mão de obra, evidenciando restrições quantitativas e qualitativas na força de trabalho e estudando fluxos migratórios. Nos planos regionais e nos projetos de desenvolvimento urbano do CDU atuava nos aspectos social e institucional. Por fim, no setor público, dedicou-se à análise institucional de

sistemas operacionais estaduais e a projetos de fusões de instituições públicas, com destaque para os projetos para o sistema de saúde mineiro, a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem) e trabalhos relacionados com o direito do consumidor. Suas frentes de trabalho no desenvolvimento social, emprego e trabalho e modernização administrativa fortaleceram-se ao longo da gestão.

No caso da temática relacionada com a modernização administrativa, destaca-se que, em 1977, a FJP criou o Programa de Modernização Administrativa (Promor) como instrumento de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan-MG). A finalidade básica era coordenar e controlar atividades e projetos de desenvolvimento organizacional, de reforma e modernização administrativa. O Promor teve coordenação própria<sup>51</sup> diretamente subordinada à Presidência da FJP, centralizando os diversos projetos de modernização administrativa realizados.

Dessa forma, ao final de 1978, a DPP foi organizada em três coordenadorias<sup>52</sup>: Programas Emprego e Trabalho, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Regional. Tal estrutura evidenciava que a temática modernização administrativa passara a ser objeto específico de outra área. Apesar de não atuar mais em assessoria dessa natureza, a DPP realizou estudos metodológicos a respeito da modernização do setor público em 1978, estudo sobre os esforços de reforma e modernização administrativa de Minas Gerais a partir de 1960 e estudo das funções do Estado e do grau de suficiência de recursos financeiros necessários às despesas decorrentes do exercício dessas funções.

Também criada em 1975, a Diretoria de Planejamento teve como principal atribuição o planejamento regional, traduzido, basicamente, em planos regionais de desenvolvimento integrado. Sua criação significou a retomada da temática do planejamento na instituição, contudo sob nova perspectiva, a da abordagem regional. O foco regional coadunava com a preocupação expressa no *II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (II PMDES)*: promover o desenvolvimento de áreas problema, atenuando os desequilíbrios regionais de Minas Gerais em termos físicos, econômicos e sociais.

---

51 Portaria FJP nº 23/73, de 8 de agosto de 1977.

52 Portaria FJP nº 28/78, de 6 de outubro de 1978.

A ação na área de planejamento se pautou pelo reconhecimento de que um estado com as dimensões de Minas Gerais não poderia ser tratado de forma homogênea. “É preciso respeitar as diferenças regionais acentuadas e, portanto, tratar isoladamente cada região que apresente características homogêneas” (FJP, 1976, p.5). Nesse sentido, orientou sua atuação para as seguintes regiões do estado: área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Sul de Minas. Essa diretriz marcou sua atividade durante todo o período 1975-1978.

Para cumprir com seu objetivo, a Diretoria de Planejamento atuou de forma a coordenar órgãos e entidades da administração direta e indireta, sob a orientação da Seplan MG. O aspecto multidisciplinar do planejamento regional exigiu também uma intensa interação com as demais diretorias da FJP, especialmente a Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA) e a DPP.

Em 1976, o foco foram os levantamentos preliminares de recursos naturais nas quatro regiões indicadas. Em 1977, os projetos em desenvolvimento eram três: *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroestes de Minas Gerais, Planoroeste II e Planejamento do Desenvolvimento do Sul de Minas*. Em 1978, além desses, estavam em andamento o *Plano de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília* e o *Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas*.

Simultaneamente aos planos regionais, essa diretoria ampliou suas ações realizando estudos especiais de interesse geral da economia do estado e programas especiais de desenvolvimento de caráter nacional (FJP, 1979a, p.4).

Criado na gestão anterior, o Centro de Desenvolvimento Urbano é mantido no processo de reorganização da Fundação realizado em 1975 por José Israel Vargas. Assim como o CDA, o centro é uma evidência do processo de consolidação e projeção estadual e nacional da instituição. Em 1975, continuava atuando no norte do país, mais especificamente no Amapá, onde dedicava-se ao *Plano Diretor de Porto Grande*. A qualidade técnica do trabalho sobre Ouro Preto e Mariana propiciou o

surgimento de novas demandas no município de Ouro Preto (Plano de Expansão da Universidade Federal de Ouro Preto), e em uma área nova, a de bens culturais.

Ainda em 1975, atendendo a nova orientação institucional, a FJP passou a se dedicar mais a projetos de interesse da Seplan MG (FJP, 1976, p. 22): formulação de políticas estaduais de planejamento do desenvolvimento urbano para polos regionais, centros médios, núcleos afetados pela implantação de grandes projetos, cidades históricas e estâncias; programas especiais ligados ao desenvolvimento urbano, notadamente estudos sobre centros sociais urbanos e habitação popular; apoio ao planejamento estadual no campo do desenvolvimento urbano e articulação com o planejamento municipal.

Em 1976, o CDU foi integrado à Diretoria de Planejamento, reforçando o foco nos projetos de interesse da Seplan MG. Destacam-se a coordenação da implantação em Minas Gerais do *Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos*, o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento de microrregiões diversas e o estudo de possibilidades de adaptação e aproveitamento do cassino de Lambari.

Já em 1977, o CDU volta a ter o *status* de diretoria, e suas atividades foram organizadas em torno de quatro eixos: a política estadual de desenvolvimento urbano; o laboratório de planejamento urbano; a assessoria técnica aos municípios em planejamento urbano e a assessoria técnica ao sistema estadual de planejamento. Seus principais projetos e estudos desenvolvidos nos dois últimos anos do governo Aureliano Chaves estavam incluídos em quatro programas: Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, Programa de Desenvolvimento Urbano, Programa de Cidades Históricas e Programas Especiais. A ação do CDU nos municípios levou o nome da FJP para todas as partes do estado.

## 2.2 A formação de recursos humanos como estratégia de desenvolvimento

Consolidado ao longo da gestão anterior, o CDA deu continuidade ao processo de expansão de suas atividades. Continuaram sendo executados convênios na esfera de atuação do *Programa Nacional de Treinamento de Executivos* e os trabalhos para o Ceag-MG. A oferta do Curso de Especialização em Administração (CEA) manteve-se em bases anuais.

No entanto, resultado do novo processo de industrialização, a mudança no ambiente de negócios provocou uma reavaliação da estratégia adotada pelo CDA em seu primeiro quinquênio de existência. A análise dos dados possibilitou a identificação do deslocamento da demanda de cursos abertos para os fechados, do interesse em cursos de desenvolvimento de executivos para cursos de desenvolvimento das empresas que conjugavam aulas e consultorias, com foco no desenvolvimento tecnológico da área de administração (FJP,1979a).

Em 1976, o CDA elaborou um programa de pesquisas para o biênio 1976-1977 com o intuito de “constituir um ponto de interação entre as ideias e metodologias de pesquisadores pertencentes ao mundo acadêmico e as necessidades e os interesses de executivos” (FJP,1977, p.134). Esse foi um passo em direção à reformulação de seus objetivos (FJP, 1978, p.28), quando, em 1977, passou a estruturar sua ação em três eixos: ensino, pesquisa e consultoria. No período, destaca-se a realização de duas pesquisas. A primeira, *Avaliação das Necessidades para o Desenvolvimento Gerencial: Análise Transversal do Setor Privado em Minas Gerais*. A segunda, *Desenho de Metodologia para a Formação de Recursos Humanos na Área de Sistemas de Informação*. Ambas ilustram os esforços do centro para se manter à frente em seu setor de atuação.

Em 1978, observa-se o aumento da oferta de cursos fechados, o delineamento de programas para segmentos específicos e a exploração de novos mercados, especialmente o treinamento para executivos latino-americanos (FJP,1979a, p.66). Esse último caso mostra a consolidação do CDA como umas das principais instituições brasileiras de treinamento gerencial.

### 2.3 A reinserção da área de tecnologia na pauta da FJP

Ao final do governo Rondon Pacheco, a atuação da FJP na área tecnológica se dava principalmente por intermédio do Cetec. Ao responsabilizar a FJP pela coordenação do Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia, o governo Aureliano Chaves reinsere a temática em sua agenda de pesquisas. Nos quase dois anos em que se manteve nessa posição, as atividades foram conduzidas primordialmente pela DTMA, cuja principal atribuição era coordenar a formulação e a proposição de programas estaduais de pesquisa tecnológica e de proteção ao meio ambiente. Fator decisivo para a criação da DTMA foi o “fato de a tecnologia ter sido objeto de trabalho de diversos órgãos, estanques e sem coordenação central, o que chegou a causar em passado recente a duplicação de trabalhos, com conseqüente custo elevado” (FJP, 1976, 11).

À DTMA coube a implantação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente e a atuação na promoção do desenvolvimento tecnológico nas seguintes áreas: pesquisa fundamental; tecnologia industrial; tecnologia agropecuária; transportes; informação científica e tecnológica; incentivos à ciência e tecnologia e recursos humanos para ciência e tecnologia. Se se somar o meio-ambiente aos temas anteriores, eram nove frentes de atuação. Elas foram relacionadas no *Segundo Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES II)*, lançado em 1976. Geraram por volta de 150 projetos de duração variável (FJP, 1977, p.9). O planejamento, acompanhamento e controle desses projetos proporcionariam a organização e o melhor funcionamento do sistema estadual.

As ações da DTMA assumiram basicamente duas formas: o planejamento global de cada área anteriormente citada e a colaboração na elaboração de planos regionais por intermédio da elaboração de projetos de desenvolvimento tecnológico e de proteção ambiental. Nesse último viés, a DTMA atuou junto com a Diretoria de Planejamento em vários planos regionais, como o *Programa Integrado para a Área Mineira da Sudene* e o *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste II)*.

Além do PMDES II, as seguintes políticas também direcionavam o trabalho da diretoria: a integração ao modelo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional e a contribuição com a sua implementação, a racionalização do aproveitamento dos recursos naturais, o desenvolvimento de novas fontes energéticas e a promoção da internalização do meio ambiente em todos os níveis de decisão.

Em 1976, o Centro de Recursos Naturais foi integrado à DTMA. Em 1975, o CRN ainda estava atuando em Rondônia e no Acre. No primeiro, dedicava-se ao *Projeto Levantamento de Solos, da Aptidão Agropastoril dos Solos e Inventário Florestal*, contratado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco). No segundo, produziu estudos referentes aos recursos naturais e à agropecuária do *Plano Básico do Desenvolvimento Econômico e Social do Acre*, contratado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Os levantamentos de recursos naturais continuaram em 1976. São exemplos os trabalhos no *Planoroeste II* e nas áreas de carvoejamento de Minas Gerais, além dos levantamentos preliminares de parte dos planos regionais (FJP, 1977, p.31).

Com a saída do Cetec da órbita da FJP, a criação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e a instituição do Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia representaram o afastamento da FJP da temática.

### **3 A manutenção da Presidência da FJP no primeiro ano do governo Francelino Pereira**

Em 15 de março de 1979, na mesma data em que Aureliano Chaves assume a vice-presidência do país, Francelino Pereira toma posse como governador de Minas Gerais<sup>53</sup>. Diferentemente do ocorrido nas outras duas mudanças de governo mencionadas, o presidente da FJP foi mantido

---

<sup>53</sup> Seu governo se estende até 15 de março 1983.

em seu cargo. Antônio Octávio Cintra permaneceu até março de 1980. Mantiveram-se também a vinculação da Fundação à Seplan MG e seu papel de unidade de suporte técnico do Sistema Estadual de Planejamento.

Em 1979, a FJP deu sequência ao desenvolvimento de trabalhos nas áreas de planejamento regional, microrregional e urbano, de desenvolvimento organizacional, de análise das políticas públicas e de formação de recursos humanos para os setores público e privado (FJP,1980, p.4).

No plano organizacional, fato digno de menção é a modificação realizada em sua estrutura orgânica em abril de 1979<sup>54</sup>. O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) e a Diretoria de Programas Públicos (DPP) se fundem para formar a Diretoria de Planejamento Social e Urbano (DPSU). A mudança foi amparada na afinidade de propósitos do CDU e da DPP, ambos voltados para o estudo de comunidades e a elaboração de planos de desenvolvimento social. Segundo o *Relatório de Atividades do Exercício de 1979* (FJP,1980), a fusão buscava aproveitar melhor a capacidade técnica disponível na FJP.

A DPSU tinha como atribuições a formulação de políticas públicas relacionadas com os temas de desenvolvimento social e urbano. Era integrada por quatro coordenadorias: Emprego e Trabalho, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Social Regional e Estudos e Planos Urbanos. Entre os programas do CDU, o único não transferido para a DPSU foi o *Programa de Cidades Históricas*, que passou para a responsabilidade da Assessoria Técnica da Presidência (ATP). Sua criação e sua estrutura foram os primeiros sinais da inserção de um novo objetivo para a FJP: “a realização de projetos, programas e estudos que visem ao atendimento dos segmentos carentes da população, tanto no âmbito urbano quanto no rural, identificando criteriosamente os beneficiários desses programas” (FJP,1979b).

No início do governo Francelino Pereira, o desenvolvimento social ganha uma proeminência não observada nas gestões que lhe antecederam na década de 1970. Essa nova orientação é

---

<sup>54</sup> Portaria n° 021A/79, de 17 de abril de 1979.

formalizada ainda em 1979, com a instituição do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom), cuja finalidade era “estimular projetos de caráter comunitário sob a forma de financiamento a fundo perdido e de prestação de serviços pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social” (MINAS GERAIS, 1979). A FJP foi uma das instituições que compuseram seu Conselho Deliberativo. Inicia-se assim uma nova fase da participação da FJP no desenvolvimento mineiro.

#### **4 Considerações finais**

A trajetória da Fundação João Pinheiro entre 1971 e 1979 evidencia que as mudanças de governos ocorridas no período promoveram transformações na compreensão da dinâmica de promoção do desenvolvimento e no papel da instituição nesse processo.

Orientador de sua criação e organização inicial, o tripé economia, administração e tecnologia básica e social vai se mostrar presente nas várias configurações institucionais da FJP ao longo da década. No entanto, as incertezas quanto a seu papel no setor de tecnologia acompanham-na em todas as fases. Nessa história, a tecnologia foi uma área marcada pela descontinuidade. No polo oposto, está a área de administração, marcada por um processo contínuo de amadurecimento. Concebido a partir de diagnóstico cuidadoso, o Centro Desenvolvimento em Administração (CDA) mostrou capacidade de reconhecer alterações nas demandas governamentais e empresariais e de se adaptar a elas. Em face das fragilidades e da necessidade de modernização da gestão das empresas e do setor público, ele se transformou em um dos principais ativos da FJP.

Quanto à área econômica e social, observa-se que a amplitude e complexidade da temática se mostram na multiplicidade de estruturas a ela dedicadas. Na área, estruturas dividiram-se dando origem a composições mais especializadas: do Instituto de Pesquisa Econômico-Social (Ipes) nasce o Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD) e dele se originou o Centro de Recursos Naturais (CRN). Nasce também do Ipes o Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU). Dele se originam

o Centro de Economia Aplicada (CEA) e o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU). Juntamente com o CDA, o CDU figura como uma das estruturas mais sólidas da FJP no período. Em sua resiliência revela-se a importância do desenvolvimento local. As atividades do CDU possibilitaram a expansão de atividades em duas outras áreas: cultura e desenvolvimento social.

A história da Fundação João Pinheiro também mostra que temáticas por ela consolidadas muitas vezes se fortaleceram e migraram para outras instituições. No período compreendido entre 1973 e 1979, várias das estruturas operacionais implantadas pela FJP deram origem a órgãos que posteriormente assumiram vida própria e independente. A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) foi o primeiro fruto da expansão da FJP. Também se transformaram em instituições autônomas: o grupo de pesquisa econômica e estatística que originou a Superintendência de Estatística e Informação (SEI), órgão da administração direta da Seplan MG; o grupo de planejamento metropolitano, transformado na autarquia Superintendência do Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel); o grupo de consultoria a empresas pequenas e médias que deu origem ao Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Ceag MG) e o Grupo Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente, transformado na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Outro papel relevante exercido pela FJP nos anos 1970 foi criar, adaptar e aperfeiçoar metodologias em várias áreas, com destaque para o planejamento regional e urbano e para a modernização administrativa. Sua história também mostra que o processo de consolidação e projeção alcançados exigiu que ela aprimorasse sua própria gestão, aplicando ferramentas gerenciais de ponta na época.

Cabe por fim dizer que uma instituição que se propõe a apoiar o processo de planejamento e desenvolvimento deve tornar-se apta a entender que o conceito de desenvolvimento e o de promoção do desenvolvimento são interpretados e compreendidos de forma distinta e que a mudança faz parte de seu DNA. A mudança é uma necessidade constante, e não um problema quando há capacidade

de inovar. Assim, conhecer a história da FJP na década de 1970 permite entender as raízes que a sustentam e nutrem nos anos que se seguem, garantindo sua existência por cinquenta anos.

## Referências

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro**: notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados. Belo Horizonte: FJP, 1979a. 58 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informe**: atividades set. 1970 /set. 1971. Belo Horizonte: FJP, 1971a. 41 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano para instalação de um Centro Tecnológico em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FJP, 1971b. 56 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório 1972**. Belo Horizonte: FJP, 1973a. 62 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório 1973**. Belo Horizonte: FJP, 1974a. 35 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório 1974**. Belo Horizonte: FJP, 1975. 34 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades da Fundação João Pinheiro no Período de 1971 a 1974**. Belo Horizonte: FJP, 1974b. 30 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades do Centro de Projetos de Desenvolvimento no exercício de 1972**. Belo Horizonte: FJP, 1973b. 54 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1975**. Belo Horizonte: FJP, 1976. 54 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1976**. Belo Horizonte: FJP, 1977. 170 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1977**. Belo Horizonte: FJP, 1978. 184 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1978**. Belo Horizonte: FJP, 1979b. 170 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1979**. Belo Horizonte: FJP, 1980. 193 p.

MINAS GERAIS. Decreto nº 19.965, de 19 de julho de 1979. Institui o Programa de Desenvolvimento de Comunidades e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, p.5\_col.3, 20 jul. 1979. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=19965&comp=&ano=1979>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 5792, de 8 de outubro de 1971. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento, cria a Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências. **Diário do executivo**, Belo Horizonte, p. 5\_col1, 9 out. 1971a.

MINAS GERAIS. Lei nº 5852, de 14 de dezembro de 1971. Aprova o plano mineiro de desenvolvimento econômico e social, para o quinquênio de 1972 a 1976, com as ressalvas constantes do anexo da presente lei. **Diário do executivo**, Belo Horizonte, p. 5\_col 1, 15 dez. 1971b.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. *In*: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 15 maio 2019.

SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2001. 188 p.